

Esperanças

Sempre dissemos aqui que a dívida externa brasileira, se negociada de maneira conveniente, não é problema. Ela representa menos de 30% de tudo o que o País consegue produzir num ano, um peso pouco expressivo se comparado àquele suportado por países como o México e o Chile, onde ela equivale, respectivamente, a 65% e 100% do Produto Interno Bruto (PIB), mas não é mais uma preocupação. O embaixador Marcílio Marques Moreira, que costuma citar esses números, concorda. Para ele, a dívida brasileira é perfeitamente administrável.

Sua escolha para o Ministério da Economia, por isso, desperta a expectativa de que o governo brasileiro buscará com maior empenho e eficiência um acordo com os credores que, ao mesmo tempo em que retire a dívida externa do centro das preocupações nacionais, reabra, para o Brasil, as portas dos financiamentos e investimentos internacionais.

Nos últimos seis anos, a dívida externa foi responsabilizada, pelos governantes, por quase todos os problemas brasileiros. Ainda agora, em viagem ao Exterior, o ministro da Saúde, Alcení Guerra — em mais uma demonstração de nosso subdesenvolvimento político —, acaba de culpá-la pela mortalidade infantil no Brasil e na América Latina. Foi com base numa explicação parecida com essa — a de que o pagamento da dívida implicava maiores sacrifícios da população — que o governo Sarney declarou, em fevereiro de 1987, a moratória unilateral, que tinha tanto de bravata quanto de ineficácia. Quando ela foi suspensa um ano depois, as condições brasileiras, sociais e econômicas não tinham melhorado nada e o Brasil, além de ficar devendo mais, perdeu boa parte de sua credibilidade no Exterior, o que resultou em maior redução do fluxo de capitais externos ao País.

Durante boa parte das negociações com os credos-

res internacionais, iniciadas em setembro do ano passado, a equipe chefiada pela economista Zélia Cardoso de Mello, por sua postura intransigente, não pareceu preocupada com essa falta de credibilidade. Sua proposta inicial de negociação, baseada no conceito de capacidade de pagamento determinada pelos superávits fiscais do governo e não mais pelos superávits da balança comercial, nem chegou a ser examinada pelos credores, mas a ex-ministra e seus assessores insistiam em defendê-la.

Só quando o governo decidiu negociar nos moldes tradicionais, discutindo inicialmente os juros que não estavam sendo pagos desde julho de 1989, é que as negociações começaram a progredir. Fechado o acordo para os atrasados, está prestes a começar a negociação mais importante, sobre a dívida principal de médio e longo prazos.

Durante os quatro anos e meio em que permaneceu à frente da representação brasileira em Washington, o embaixador Marcílio Marques Moreira teve a difícil tarefa de impedir o rompimento total dos laços do Brasil com organismos como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Secretaria do Tesouro dos EUA e a comunidade financeira internacional. Ele conhece bem, provavelmente melhor do que todos os que, nesse período, o antecederam no cargo que hoje assume, os prejuízos que atitudes como a moratória e o fustigamento dos credores trazem à imagem do Brasil.

A esperança, aqui e no Exterior, é de que, na sua condição de diplomata e profundo conhecedor do sistema financeiro internacional, o novo ministro da Economia evite os erros do passado e oriente a negociação da dívida externa na direção de um acordo rápido, que retire o Brasil da lista de países sujeitos à punição pela comunidade internacional.